

MOVIMENTOS SOCIAIS: UM DOS GRANDES DESAFIOS DA EUROPA?

Célia Taborda SILVA

Universidade Lusófona do Porto

celiatsilva@sapo.pt

Resumo

Nos últimos anos, a Europa tem assistido a movimentações sociais que fogem aos padrões convencionais típicos dos movimentos dos séculos XIX e XX. Foi a partir do século XIX, com a formação do movimento operário, que se começou a falar de Movimentos Sociais, uma vez que a contestação perdeu a espontaneidade e o carácter despolitizado característicos das sociedades pré-industriais e tornou-se organizada e politizada. Os movimentos passaram, então, a recorrer a manifestações ou greves planeadas e partidizadas, com vista à obtenção de regalias económicas, sociais e até políticas. Em meados do século XX surgem movimentos já não centrados em questões laborais e na sua luta pela transformação económica e política, nem enquadrados pelo sindicalismo, mas baseados em valores não materialistas de cariz universal, como a paz, o meio ambiente a autonomia e identidade. Neste início do século XXI, os partidos e sindicatos tem vindo a perder o protagonismo na organização de manifestações e greves. As ações coletivas preparadas e conduzidas por atores específicos tem dado lugar a novas formas de ação social, sem líderes, sem organização, sem sede, e que recorrem às redes sociais como forma de mobilização. São movimentos sociais que contestam não para ter mais direitos mas para exercerem os que existem, uma cidadania plena, que oferece a liberdade de expressar a opinião e a regalia de participação na área política, económica, social, educativa. Existem vários tipos de movimentações desse género, mas destacaremos o movimento dos "Indignados", iniciado em Espanha, em 2011, e que se repercutiu nas principais capitais europeias. Através deste movimento procuramos compreender como a complexidade destes movimentos sociais da atualidade e a sua não institucionalização representam um desafio para a Europa.

Palavras-chave: Movimento Social, Europa, desafio, "Indignados"

Abstract

In recent years Europe has witnessed social movements fleeing to typical conventional patterns of movements of the nineteenth and twentieth centuries. It was from the nineteenth century with the formation of the labor movement, which began to speak of social movements, once the contest lost the spontaneity and the apolitical character of pre-industrial societies characteristic and became organized and politicized. The motion passed, then, to resort to demonstrations or strikes planned and politicized, with a view to obtaining economic benefits, social and even political. In the mid-twentieth century movements arise no longer centered on labor issues and in their struggle for economic and political transformation, not framed by the unions, but not materialistic but based on universal values such as peace, the environment autonomy and identity. At the beginning of the century, political parties and trade unions have been losing the leading role in organizing demonstrations and strikes. Prepared class actions and implemented by specific actors has given rise to new forms of social action, without leaders, without organization, and resorting to social networks as a means of mobilization. Are social movements that challenge not to have more rights but to exercise those that exist, full citizenship, that offers the freedom to express opinion and the right of participation in the political, economic, social, educational. There are several kinds of drives like that, but we will highlight the movement of "Indignados", started in Spain, in 2011, and that was reflected in major European capitals.

Through this movement we seek to understand the complexity of these social movements of our time and how its not institutionalization represent a challenge for Europe.

Keywords: Social Movement, Europe, challenge, "Indignados"

Movimentos Sociais: um dos grandes desafios da Europa?

Os movimentos sociais entendidos como a ação coletiva de um grupo social (Tilly, 1978) estiveram durante muito tempo associados ao movimento operário, resultante da industrialização. Com efeito, à medida que o desenvolvimento industrial se foi processando, ao longo do século XIX, e as relações sociais se foram alterando pelo modo de produção capitalista, surgiram protestos motivados pelo fosso que se criou entre capitalistas e operários. Este grupo de trabalhadores, com o tempo, foi-se fortalecendo e ganhando consciência de classe. Formaram associações de trabalhadores e mais tarde sindicatos, nascia assim o movimento operário. A partir daqui, a contestação perdeu a espontaneidade e o carácter despolitizado característicos das sociedades pré-industriais (Hobsbawm, 1978; Silva, 2005) e tornou-se organizada e politizada. Os movimentos passaram, então, a recorrer a manifestações ou greves planeadas e partidarizadas, com vista à obtenção de regalias económicas, sociais e até políticas. Neste movimento existia uma situação conflitual entre os trabalhadores e seus patrões. Essa conflitualidade, motivada por baixos salários, excessivos horários de trabalho, más condições laborais, era expressa nas ruas através de manifestações, passeatas, comícios ou greves (Silva, 2012: 6). A greve era o recurso extremo, pois ao romper as relações quotidianas de trabalho criava uma cisão, evidenciando ainda mais os conflitos de classe, económicos e ideológicos. Mesmo que a greve tivesse na génese a divergência económica acabava por juntar aos grevistas os militantes de algum partido e tornava-se um meio de propaganda política. O movimento operário depressa passou das reivindicações económicas e sociais para as políticas, sobretudo depois que o operariado se organizou sindicalmente.

O conceito de movimento social foi evoluindo à medida que a sociedade foi-se transformando (Porta e Diani, 2006), e nas últimas três décadas do século XX, autores como Touraine (1969, 1973, 1978) e Melucci (1996) entenderam os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes. Estes autores consideraram os movimentos emergentes como Novos Movimentos Sociais (N.M.S), por terem motivações culturais. Para Melucci “um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, envolvido num conflito com um adversário pela apropriação e o controlo dos recursos valorizados por ambos e cuja ação implica uma rutura com os limites de compatibilidade do sistema em que a ação tem lugar” (1996: 28).

Desta forma, a partir da década de 60, do século XX, os movimentos sociais na Europa são chamados de novos, são derivados da pós-industrialização, já não centrados nos movimentos laborais e na sua luta pela transformação económica e política, nem enquadrados pelo sindicalismo, mas baseados noutros sistemas de valores «estruturantes das consciências e das identidades dos indivíduos e dos grupos» (Fernandes, 1993: 811); os conflitos passaram a ser sociais e culturais. Aquando das primeiras mobilizações, alguns teóricos ainda pensaram que se estava a assistir a um retorno do movimento operário, mas depressa se verificou que não se baseavam na classe, mas noutros valores como os direitos civis ou o estilo de vida.

Ao deixarem de ser movimentos de uma classe para serem movimentos de classes deu-se uma atomização dos próprios movimentos sociais, daí surgirem ou intensificarem-se os movimentos feminista, ecologista e pacifista.

São movimentos mais segmentados que agregam aderentes de acordo com as ideologias dos grupos e visam afirmar identidades ou melhorar a qualidade de vida e se inspiram em valores universais, como a paz, o meio ambiente, a autonomia e a identidade.

No final do século XX, os movimentos sociais tornaram-se mais complexos e de análise pouco consensual, mas continuam a exigir ação coletiva, seja em forma de concentrações, marchas, passeatas, ou acampamentos. Maria Glória Gohn entende que movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter socio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2004:13). Neste sentido, mesmo que presentemente os principais movimentos atuem em redes, estas não criam os movimentos sociais, mas como veículos de difusão rápida de informação possibilitam uma maior conexão das pessoas entre si, potenciando as ações coletivas. Portanto, estes movimentos de mobilização em rede apresentam-se com um maior potencial desafiador para a Europa por questionarem as estruturas políticas e partidárias institucionais, agindo à sua margem, como aconteceu em Espanha e que iremos analisar através do caso concreto do movimento de 2011, conhecido como 15 M ou “Indignados”.

1. Movimento 15M ou “Indignados”

É hoje inegável que o processo de industrialização conduziu a sociedade a uma profunda transformação: a sociedade industrial cedeu lugar à sociedade da informação e hoje fala-se de sociedade em rede (Castells, 1999). Pode-se dizer que historicamente a organização social em redes de tecnologia digital é uma nova forma de organização social que transcende os espaços físicos territoriais de cada Estado e se torna global. Segundo Manuel Castells, a sociedade em rede manifesta-se de diferentes formas conforme a cultura, as instituições e a trajetória histórica de cada sociedade e embora seja global “não inclui todas as pessoas” (Castells, 2013b: 18). De facto, se o domínio destas redes tecnológicas é fácil para os jovens, o mesmo não se pode generalizar a gerações mais antigas. A juventude deste novo século já nasceu na era digital, logo tem facilidade de aceder à informação através da utilização de um simples computador (ou outra aplicação móvel) ligado à internet. Esta tecnologia criou uma geração de internautas que privilegiam este meio para comunicarem entre si, fugindo assim aos canais criados pelas instituições da sociedade, nomeadamente os *media* tradicionais, fazendo emergir a “comunicação de massa autocomandada” (Castells, 2007: 248). Ora, da comunicação em rede à mobilização de movimentos em rede foi um passo tão rápido que os organismos institucionais europeus, imbuídos de todo o peso da sua tradição de representação e burocracia, têm dificuldade em ver e compreender o significado real destas movimentações.

Em Madrid, em 2011, a manifestação de 15 de maio foi um exemplo do desafio que representam as mobilizações sem lideranças organizadas através da internet. Aqui, como

noutras manifestações europeias, foi através das redes sociais, sobretudo o Facebook e Twitter, que houve uma mobilização para o protesto de 15 de maio. Neste ano, a Espanha estava mergulhada na crise que afetava a zona euro, o desempregado atingia os 22% (47% eram jovens), e o governo, para conter o déficit, promoveu cortes na saúde, educação, serviço social. Para piorar a situação, o executivo socialista aprovou a lei Sinde (controle e censura sob a informação na internet) o que fez mobilizar alguns ativistas no sentido de criarem uma plataforma digital, que denominaram Democracia Real Ya, e aí divulgaram o seu descontentamento. Nas referidas redes, a “Democracia Real Ya” convocou uma manifestação para o dia 15 de maio de 2011, um domingo, exatamente sete dias antes das eleições municipais. Através de um manifesto explicavam as razões pelas quais apelavam aos cidadãos para sair à rua no dia 15 de maio. Com a frase emblemática “no somos mercancías en manos de políticos y banqueros” tentavam cativar a atenção dos cibernautas para o seu manifesto. Depois, através de um texto simples e direto, tocavam nos pontos cruciais da insatisfação coletiva. Começava assim: “Somos personas comunes. Somos como tu: personas que se levantan por la mañana para estudiar, trabajar o buscar trabajo, personas con familia e amigos. Personas que trabajan duro todos los días para vivir e dar un futuro mejor a los que los rodean...”. Em seguida, explicavam em vários itens as razões da sua indignação e apreensão, entre elas realçavam a corrupção entre políticos, empresários e banqueiros, e a ausência de uma verdadeira Democracia, uma vez que a classe política nem escutava o povo. E terminavam: “Somos personas, no mercancías. No soy apenas lo que compro, por lo que compro e para quien compro. Por todos estos motivos estoy indignado. Creo que puedo cambiar. Creo que puedo ayudar. Sei que unidos nosotros conseguimos. Venha conosco. Es su derecho” (Manifesto Facebook).

Esta convocatória e os motivos que nela eram apresentados para a manifestação iam de encontro à desarmonia que pairava na sociedade, em especial entre a juventude, altamente qualificada, desempregada e sem vislumbrar um futuro melhor. O mesmo desencanto popularizou o livro de Stephane Hessel: “Indignai-vos”, que fazia menção à inércia social face à “ditadura internacional dos mercados financeiros” e clamava por uma “insurreição pacífica” (Hessel, 2011). Este herói da resistência francesa ao nazismo considerava que a pior atitude dos cidadãos era a indiferença, uma vez que esta levava à inação e conseqüentemente podia levar à perda de direitos adquiridos. O pequeno livro de Hessel teve muitos leitores em Espanha, talvez tenha sido inspirador para os mentores da “Democracia Real Ya” e daqueles que apareceram nas ruas no dia 15 de maio. Nesse domingo, cerca de 130 mil pessoas, segundo os organizadores, juntaram-se em Madrid, na Puerta del Sol, praça central da cidade, para protestar. O jornal *El País* referiu que muitos dos manifestantes eram desempregados, mal remunerados, subcontratados, hipotecados, indignados com a crise económica e os problemas sociais daí resultantes (*El País*, 15 de maio 2011). Entre os mais desfavorecidos encontravam-se os jovens, que por serem adeptos do netativismo “novo tipo de ação em redes digitais conectadas”, (Di Felice, 2012), contribuíram para a rápida disseminação da mensagem e para a comparência de tanta gente na manifestação. Os participantes, munidos de slogans

como “esta crise no la pagamos”, “no es ilegal la voz del Pueblo”, ou “políticos no nos representan” (El País, 15 de maio) percorreram as principais ruas e praças do centro da capital (Gran Vía, Paseo del Prado, Atocha) e demonstraram o seu sentimento em relação aos governos, à banca, à classe política, e, sobretudo à má gestão da crise por um “sistema político disfuncional e irresponsável” (Castells, 2013a: 90). Através desta forma apartidária de organização mostraram o seu descrédito em lideranças, partidos e sindicatos para os representarem, à semelhança doutros cidadãos europeus e não só. Destarte, introduziram uma inovadora forma de mobilização nos movimentos sociais, embora na rua utilizassem os antigos métodos: passeatas, palestras, cartazes, para tornar visível os motivos da manifestação para a comunidade e para os meios de comunicação social tradicionais. Na capital espanhola a manifestação não acabou sem confrontos com a polícia (El País, 15 de maio).

Aos “Indignados” da capital madrilena juntaram-se outros descontentes que à mesma hora protestaram em cerca de 50 cidades de Espanha, bem como em Portugal, Irlanda, Holanda, França e Reino Unido. Em todos os países foram escolhidos locais historicamente simbólicos para espaço de representação, partilha e discussão, numa busca da solidariedade comunitária perdida no anonimato da mobilização.

Terminada a manifestação, um grupo de indignados de Madrid decidiu permanecer na Puerta Del Sol para reforçar a dimensão do seu desagrado e discutir sobre o significado de Democracia real. Na madrugada do dia 16, o acampamento foi desfeito pela polícia de forma violenta. A repressão funcionou como factor de junção para convocar novo acampamento para essa noite e por toda a semana, até o domingo das eleições municipais. A Comissão Eleitoral considerou os acampamentos ilegais, pois não permitiam a calma exigida para reflexão democrática (El País, 17 de maio de 2011).

De repente, este movimento social ganhou vida própria e ultrapassou o objetivo da plataforma “Democracia Real Ya”. A partir daqui, as “acampadas”, como ficaram conhecidas, quer na Puerta del Sol quer noutras praças, já não foram organizadas pela “Democracia Real Ya”. Esta plataforma participou nos acampamentos mas juntamente com outros coletivos, entre eles, Attack, Anonymous, No Les Votes, Juventud Sin Futuro. O 15M ou, como foi popularizado pela comunicação social, “Indignados”, acabou por se transformar num outro movimento a partir das “acampadas” (Elecciones 24, 20 de maio de 2011), com a implementação de uma espécie de “micropolis” onde se experimentou um modelo micro de democracia real.

O exercício de uma democracia real foi realizado durante as “acampadas” espanholas e em todos os acampamentos que se espalharam pelas principais praças europeias. Nesses acampamentos, tal como na manifestação, participaram sobretudo jovens, embora neles se encontrasse gente de meia idade e sénior, que partilhavam a preocupação com a situação económica, política e social, que não se reviam nos partidos políticos ou sindicatos, e que se uniram para procurar uma mudança (Elecciones 24, 20 de maio de 2011). O sistema económico capitalista tinha gerado a crise mas os políticos defenderam os interesses financeiros da banca e banqueiros mais do que os interesses de quem os elegeu, os cidadãos. Estes, por sua vez, acharam legítimo reivindicar o seu direito a indignar-se e lutar por “una

sociedad nueva que dê prioridade a la vida por encima de los intereses económicos e políticos” (Elecciones 24, 20 de maio de 2011). De forma pacífica e ordeira tentaram implementar nas praças onde acamparam uma nova organização social e política, baseada na fraternidade comunitária e numa política participativa.

Numa verdadeira prática de democracia direta todas as decisões referentes ao acampamento e às suas mensagens para o exterior dele eram decididas em assembleia geral. Estas assembleias reuniam, por norma, diariamente, com cerca de 2 mil pessoas. À semelhança do que acontecia na praça pública ateniense (ágora) cada cidadão que se encontrava na Puerta del Sol, de braço levantado, votava cada medida a ser tomada em prol da comunidade. Para implementar as medidas decididas na Assembleia criaram Comissões de trabalho, autónomas umas das outras, que se ocupavam desde questões básicas como higiene, segurança, comunicação, até a elaboração de propostas a submeter à Assembleia, havendo também comissões para ações concretas e específicas: iniciativas agroecológicas, reforma da lei eleitoral, impedir despejos.

Não havia lideranças, era um coletivo mas em que cada participante estava lá a título individual, só se representando a si próprio. Cada um era livre para dizer o que pensava ou sentia, sem necessitar de intermediários, o que para Javier Toret (membro da Democracia Real Ya) é uma “mudança de paradigma entre cidadão e governos, sindicatos e media” (citado por Castells, 2013a:99). Estamos perante um empoderamento dos cidadãos, a unidade coletiva concentra a força popular e dá-lhes poder, nem que seja o da visibilidade, o de divulgarem o seu pensamento.

Os cidadãos acampados na Puerta del Sol de Madrid elaboraram uma série de propostas que foram aprovadas em assembleia geral, relativamente à mudança da lei eleitoral, respeito pelos direitos básicos consignados na constituição, reforma das condições laborais da classe política, reforma fiscal, educativa, regulação dos mercados, democracia participativa e direta, verdadeira separação entre Estado e Igreja, promoção de energias renováveis, efetiva separação de poderes, recuperação de empresas públicas privatizadas, redução dos gastos militares, recuperação da memória histórica, total transparência no financiamento dos partidos políticos e nas suas contas como meio de conter a corrupção.

Neste movimento nunca houve uma organização formal, com programa definido, havia propostas, muitas, não só dos acampados de Madrid como dos de outras cidades e países, embora o seu objetivo não fosse cumpri-las no imediato. Os participantes das “acampadas” sabiam que posicionar-se fora do sistema institucional estabelecido não viabilizaria qualquer proposta (Castells, 2013: 103), mas, a longo prazo, poderia apresentar uma alternativa, como acabou por acontecer quando cidadãos que participaram no movimento formaram um novo partido.

Estes acampamentos, onde implementaram um novo modelo democrático, como existiam à revelia do poder instituído não podiam durar muito tempo. Este exercício de democracia real implicava a ocupação do espaço público e mesmo partindo do princípio de que este é de todos, não deixava de ser visto como uma “afronta” aos detentores do poder político,

uma espécie de contrapoder. Por conseguinte, a resposta a esta atuação, por parte do governo espanhol e de outros governos europeus, onde houve acampamentos, foi a proibição de permanência nas praças, muitas vezes acompanhada de repressão policial (El País, 3 de agosto de 2011). Além disso, essa ocupação trazia problemas de manutenção da própria área. Não era possível ficar indeterminadamente no acampamento pois a vida deteriorava-se e começava a ser a casa dos sem abrigo. Esta circunstância, junto com o facto de com o passar do tempo só os jovens sem responsabilidades familiares poderem participar a tempo integral nas assembleias, começava a esvaziar o movimento por dentro e para fora, para a opinião pública. A permanência implicava a diminuição de gente e não podiam correr o risco de ficar reduzidos a meia dúzia de ativistas acampados, se queriam dar voz a toda a população. Assim, no final de junho levantaram o acampamento de Madrid e os outros vieram atrás. O movimento teve continuidade nos bairros, através de assembleias de moradores, que funcionavam nos mesmos moldes. A assembleia era soberana, sem líderes e com comissões independentes. As suas decisões eram difundidas pela internet para poderem ser debatidas por todos.

Castells considera este movimento “essencialmente político”. O sociólogo diz que “foi um movimento pela transformação de uma pseudodemocracia numa democracia autêntica” (2013a:102) e, não obstante, só ter assumido este carácter na segunda fase, a verdade é que foi o manifesto original que desencadeou o movimento, logo, que originou a sua existência.

A novidade deste movimento e dos últimos movimentos europeus foi, segundo Camargo, “o aparecimento de “marés” em que vários setores se juntavam em protesto, reivindicando as suas próprias questões mas fundindo-as num protesto comum”(Camargo, 2013: 136). E nesta novidade está um grande desafio dos movimentos sociais, na medida em que atingiram uma dimensão humana e geográfica não imaginável em movimentos anteriores.

2. O desafio dos Movimentos Sociais para a Europa

O movimento de 15 de maio de 2011 não foi um caso isolado, insere-se numa linha de contestação que atravessou a Europa em crise. Os movimentos surgem por motivos diversos, como vimos, mas os atuais, para Castells, resultam da “contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional” (Castells, 2013a:170). A comunicação em rede facilitou e tornou estes movimentos globais e, por isso, tornaram-se um desafio para as lideranças europeias. Para Bela Irina Castro representam um “movimento de contestação social contracultural que procura resgatar o debate e a decisão política para a vida quotidiana através da ocupação dos espaços públicos” (2012:124).

Os movimentos sociais vieram demonstrar a divergência dos cidadãos face ao modelo político liberal e de economia capitalista que rege os estados europeus, exigindo uma política menos elitista e mais participativa. Os movimentos que tem ocupado as praças e ruas da Europa apareceram espontaneamente através da mobilização em redes sociais, sem organização partidária e sindical, recusando mesmo as lideranças instituídas. Esta nova forma

de mobilização e atuação parece remeter para a discordância cidadã com os sistemas de representação, sejam partidos ou sindicatos, e para o surgimento de uma cidadania global que partilha o desejo de uma Democracia renovada, e torna-se um desafio na medida em que a conexão em redes leva a uma alteração do social. Como refere Di Felice, “o net-ativismo marcou as primeiras formas de conflitualidades sociais que pela internet deslocam a ação social para uma espacialidade informática planetária” (2013a: 55). Esta deslocalização espacial da ação, facilidade de aparição e expansão no espaço, dificulta o controlo institucional e possibilita a sobrevivência de movimentos como o dos “Indignados”, bem como o aparecimento de mais manifestações no espaço público europeu. Por outro lado, a internet funciona como um factor de proteção contra repressões e como facilitador da comunicação alargada, não só com os participantes/simpatizantes do movimento mas com toda a sociedade, e, mais importante, estabelece uma conexão com a cultura das sociedades hodiernas que, na opinião de Castells, é “a cultura da autonomia” (Idem: 171). Os cidadãos reivindicam autonomia face às instituições historicamente constituídas, consubstanciada “num novo contrato social” (Idem, *ibidem*). Contrato esse baseado na liberdade que a comunicação através da internet concede aos seus utilizadores (idem, 172). Desta forma, para o autor referido “nos bastidores desse processo de mudança social está a transformação cultural das nossas sociedades”(idem, *ibidem*), que se reflete na vontade de transformação do processo político democrático (idem, 113). No caso do 15M, a desconfiança em relação à política convencional juntou pessoas com ou sem ideologia num movimento apartidário mas com objetivos políticos, e de reação ao próprio sistema político vigente, daí fugirem dos mecanismos corporativos da política.

Outro desafio que colocam é o da segurança, como fogem às regras dos organismos institucionais causam um certo receio levando a que os governos respondam com repressão policial a movimentos que se apresentam como pacíficos. A atual organização política democrática não sabe lidar com toda “esta multiplicação vertiginosa da comunicação, esta tomada da palavra por parte de um número crescente de subculturas” (Vattimo, 1989: 87).

A dimensão cultural e de mudança social que alguns investigadores identificaram nos movimentos sociais (Goodwin e Jaspers, 2004) evidenciam-se nos movimentos que tem despontado ultimamente no espaço europeu. Prova disso, é o surgimento de novas forças políticas como o “Podemos” em Espanha ou o “Syriza” na Grécia.

Denotará este facto que os movimentos sociais estarão a conduzir-nos para a construção de uma esfera pública europeia? A resposta a esta questão já nos leva para a esfera da contestação política europeia. De acordo com Della Porta e Caiani são vários os óbices à europeização do conflito político: a pouca visibilidade da UE em termos políticos; o enorme poder dos atores corporativos e institucionais; certo isolamento das ONG's face às redes políticas; o custo elevado que representa a realização de mobilizações transnacionais; ou, ainda, o predomínio de organizações historicamente ancoradas no Estado-Nação. Para as autoras citadas, a ação coletiva europeia terá que passar pela união de atores sociais, no sentido da dinamização de campanhas comuns de protesto. Tal implicará a construção de uma identidade comum. No entanto, poderá não ser um desafio tão longínquo para a União

Europeia, atendendo à contestação dos últimos quatro anos. A situação de crise evidenciou problemas e lutas análogas aos cidadãos dos vários Estados-Nação da U.E, o que tem contribuído para um fortalecimento identitário, sobretudo entre os mais desfavorecidos pelas políticas sociais (Della Porta e Caiani, 2009).

Para finalizar, entendemos, como Gohn, que o facto destas manifestações se inserirem numa “nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais de fazer política” (2014) torna-se o maior repto dos movimentos sociais para o espaço europeu.

3. Considerações finais

As ações coletivas, que presentemente se manifestam nas ruas, colocam aos governos europeus os desafios de lidarem com movimentos de grande dimensão, que funcionam em redes, mas de aparição espontânea, mobilizados através da internet e o de verem o espaço público urbano ocupado por movimentos não organizados por partidos ou sindicatos, à margem do formalismo institucional e do controlo estatal.

Tal como nos séculos anteriores, os movimentos sociais refletem a sociedade em que estão inseridos. Se hoje a tecnologia pôs à disposição dos indivíduos a oportunidade de ser ator e recetor de informação, a possibilidade de se tornar visível sem intermediários, esta técnica é naturalmente aproveitada para a promoção de descontentamentos sociais, como outrora foram os *media* tradicionais, sobretudo os jornais. Apesar de toda a tecnologia, pensamos que é nas ruas e não nas redes que os movimentos são desafiantes como promotores de mudança social e política. Foram os problemas sociais que trouxeram as pessoas para as ruas e não o Facebook ou Twitter, pois se não houvesse insatisfação, injustiça e desigualdade social não haveria lugar para estes protestos. Temos o exemplo aqui analisado dos “Indignados”. Foi a sua permanência nas ruas que lhes permitiu criar cumplicidades, descobrir idiossincrasias, fazer sugestões, levando alguns dos elementos que integraram o 15M (embora já desvinculados do movimento) a avançar para propostas de cariz político. E, tal como outrora, afigura-se-nos que o poder político só através da contestação é que se vai adaptando às mudanças reivindicadas pela sociedade. Contudo, é de salientar que esta efervescência contestatária que se manifestou em unísono dentro da Europa não é reflexo de uma vontade de governação única na União Europeia, bem pelo contrário, uma das críticas expressas nestas manifestações pelos cidadãos foi a da subserviência dos Estados-Nação face à União Europeia. Isto significa que estes protestos ainda estão voltados para o âmbito nacional, refletindo mais uma internalização do que externalização da ação coletiva europeia.

Bibliografia

CAMARGO, J. (2013), *Que se Lixe a Troika!*. Porto: Deriva Editores

- CASTELLS, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (2007). Communication, Power and Counter-power. *International Journal of Communication* 1, 238-266.
- CASTELLS, M. (2013a). *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- CASTELLS, M. (2013b). A Sociedade em Rede. Do conhecimento à ação política. In Castells, M. e Cardoso, G. (org). *A Sociedade em Rede. Do conhecimento à ação política*. Lisboa: Casa da Moeda, pp.17-31.
- CASTRO, B.I. (2012). “Indignados”. In *Dicionário das crises e alternativas*. Coimbra: Almedina.
- DELLA PORTA, D.; DIANI. M. (2006). Social movements. U.S.A: An introduction. Blackwell Publishing. 2ªed.
- DELLA PORTA, D.; CAIANI. M, (2009). *Social movements and Europeanization*. Oxford: Oxford University Press.
- FELICE, M. Di (2012). *Paisagens pós-urbanas*. Lisboa: Vega.
- DI FELICE, M. (2013). Ser Redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*. Ano 7 – nº 2, jul./dez, 49-71.
- FERNANDES, António Teixeira (1993). “Conflitualidade e Movimentos Sociais”. *Análise Social*, vol.XVIII (123-124), 787-828.
- GOHN, M,G, (2004). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes.
- GOHN, M. G. (2014). *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos Indignados no Mundo*. Petrópolis: Vozes.
- GOODWIN, J., JASPER, J. (Eds.). (2004). *Rethinking social movements. Structure, meaning and emotion*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- HESSEL, S. (2011). *Indignai-vos!* Carnaxide: Ed.Objectiva.
- Hobsbawm, E. (1978). *Rebeldes Primitivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MELLUCCI, A. (1996). *Challenging codes – collective action in the information age*. Cambridge: University Press of Cambridge.
- TILLY, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.Silva, C. T. (2007). *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834 - 1855)*. Porto: Gehvid.

SILVA, C.T. (2012). Dos “antigos” aos “novos” movimentos sociais. In *Atas do Congresso Crises e Reconfigurações. Sessão temática: Globalização, política e cidadania*, Porto, 19 a 22 junho de 2012 (pp. 1-10).

TOURAINÉ, A. (1969). *La société post-industrielle: naissance d'une société*. Paris: Ed.Denoel.

TOURAINÉ, A. (1973). *Production de la société*. Paris:Seuil.

TOURAINÉ, A. (1978). *La voix et le regard: Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: seuil.

TOURAINÉ, A. (1981). *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge, Cambridge University Press.

VATTIMO, G. (1989). *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'água, 1989.